

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO PARTICIPATIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Alessandra da Silva Camelo D'orazio

Instituto Federal de Goiás (IFG)

E-mail: alespsi@gmail.com

Telma Aparecida Teles Martins Silveira

Instituto Federal de Goiás (IFG)

E-mail: telma.silveira@ifg.edu.br

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa Gestão democrática e a participação das crianças que se encontra em fase inicial compõe um dos vários subprojetos em desenvolvimento no projeto Políticas Públicas e Educação da Infância em Goiás: história, concepções, projetos e práticas, do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação em Diferentes Contextos vinculado ao programa de Pós-Graduação do Instituto Federal de Goiás (PPGE/IFG), na linha de pesquisa Teorias do Conhecimento e da Educação. O objetivo da pesquisa é analisar a participação das crianças na Gestão Democrática na Educação Infantil.

Nossa compreensão parte do princípio de gestão vinculada, de modo orgânico e dialético, compreendendo a efetiva participação de todos/todas no processo educativo (crianças, profissionais da educação, família e a comunidade local e educacional).

Os termos gestão democrática, compartilhada e participativa são baseados na luta dos movimentos sociais, movimentos de educadores na construção de uma educação pública, liberal, laica, inclusiva, com referência social e de qualidade democrática. A gestão é definida como articulação entre os aspectos físicos, materiais, humanos e financeiros que visam à concretização da função social da escola (SILVEIRA, 2016).

A educação deve ser compreendida em um movimento complexo, dinâmico constitutivo da vida social e das formas de reprodução do ser social, dimensão que contribui para produção e reprodução das condições necessárias

ao processo de acumulação incessante do capital (FRIGOTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012).

Se a gestão democrática se constitui em pilar central para a garantia do direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade, firmada como direito social em nossa Constituição Federal de 1988, seguida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, esta luta pela democratização da educação dura até os dias atuais.

Neste sentido, para se ter uma gestão escolar democrática, a participação da comunidade é essencial na elaboração dos projetos pedagógicos, sendo eles extremamente ligados à função social da escola, na forma como produz, divulga e socializa o conhecimento. Se a legislação em vigor determina que a gestão escolar seja democrática, esta deve ser definida como um dos princípios de integração do sistema escolar com a família, comunidade e sociedade, tendo a descentralização e a participação no processo educacional.

De acordo com Libâneo (2013, p. 105),

As concepções de gestão escolar refletem diferentes posições políticas e concepções do papel da escola e da formação humana na sociedade. Portanto, o modo como uma escola se organiza e se estrutura tem um caráter pedagógico, ou seja, depende de objetivos mais amplos sobre a relação da escola com a conservação ou transformação social.

O Estado e seus governos—permeados pela lógica do capital assume orientações dos organismos multilaterais—no favorecimento da relação público-privado, em detrimento da educação pública brasileira como um direito social constitucional diante da privatização ocorrida em larga escala (PERONI, CAETANO, 2017).

Para tanto, nesse trabalho realizamos uma pesquisa teórica a fim de abordar a concepção contemporânea sobre gestão educacional e suas dimensões pedagógicas.

DESENVOLVIMENTO

As funções que se imbricam à gestão não ocorrem de forma isolada, mas se constituem em processos que devem ser realizados de forma sistemática e articulada, objetivando garantir a organização e o desenvolvimento da gestão da escola. Assim, planejar visa a uma efetiva organização do trabalho e da gestão democrática e participativa na educação.

Nesse aspecto, a instituição educacional precisa formular objetivos, embasando-se nas suas necessidades e articulando-se ao Projeto Político-Pedagógico do sistema de ensino. Assim, reconhece-se o planejamento como elemento inerente à condição docente e nesse sentido, não havendo planejamento, as ações ocorrerão baseado em circunstâncias, improvisadas ou reproduzindo os planos anteriores, conforme afirma Oliveira:

Planejar uma educação que não limite, mas que liberte, que conscientize e comprometa o homem diante do seu mundo. Esta é o teor que se deve inserir em qualquer planejamento educacional (OLIVEIRA.2007, p.27).

Nesse sentido, o gestor não pode conduzir o planejamento de forma autoritária e centralizadora, tendo em vista que se pretende difundir uma cultura democrática e participativa, contando com o envolvimento dos segmentos que representam a comunidade escolar tanto no processo de tomada de decisão, quanto na definição de metas e estratégias de ação, pois representam fator essencial para o sucesso na consecução destas.

O crescimento da educação pública brasileira ilustra nos índices a necessidade de comprometimento de todos os setores da sociedade com o aspecto qualitativo da educação brasileira. À medida que diminuimos a desigualdade que se efetua entre os que estão dentro e fora da escola, nos deparamos com as desigualdades entre os que têm acesso a uma escola de melhor qualidade e uma imensa maioria que sai da escola com uma formação que, do ponto de vista cognitivo, da compreensão de ideias e valores está distante das necessidades que a revolução tecnológica e o exercício da cidadania moderna impõem à educação. Conforme Santos:

(...) o século que se inicia vai exigir uma nova escola, organizada e gerida em bases totalmente diferentes, com mais dinamismo e criatividade para ser capaz de interpretar as solicitações de cada momento e criar condições mais propícias para um trabalho escolar mais eficaz. (SANTOS, 2008, p. 35)

A grande questão que deve conduzir educadores e sociedade civil é como colaborar para a construção e conquista da cidadania em uma sociedade que requer indivíduos capazes de interpretar, criar, fazer relações, enfim, lançar-se no mundo de forma crítica e criativa a fim de conquistar espaços em uma sociedade marcada pela competitividade e pela desumanização das relações.

A Constituição Federal – CF (BRASIL, 1988) atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (BRASIL, 1996) e suas alterações, as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (BRASIL, 2010) circunscrevem a a formação para a cidadania, para o aprimoramento como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Deste modo, busca-se desenvolver no processo da Gestão um trabalho em que um novo conceito de cidadania esteja presente nas atividades cotidianas e não cotidianas da instituição educativa, construindo conhecimentos que vão muito além da política.

Nessa perspectiva, Teixeira (2002, p. 4) demarca um elemento importante para a instituição educacional que deve: “[...] funcionar como um tempo de vivências socialmente desejáveis. Para tanto, a rede de relações dentro da escola necessita estar fundada em valores e princípios éticos e morais suficientemente fortes para oferecer a crianças e jovens uma experiência positiva de convivência.

Assim, no processo educativo, o sujeito e o meio social são dois fatores harmônicos, reguladores, e o meio social e/ou o meio escolar, se bem compreendidos, devem proporcionar ao indivíduo as condições para a liberação e realização de sua personalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as análises feitas neste trabalho, podemos concluir que o modelo educacional dentro de uma esfera democrática, na qual se é vivenciada uma gestão democrática participativa, comprometida com a construção de uma escola pública de qualidade, visa formar cidadãos livres e conscientes que consigam pensar de forma crítica entre a escola e a vida.

Compreender a Gestão democrática escolar é uma dinâmica que permite compreender a escola como um ambiente de convivência entre diferentes pessoas, na qual se caracteriza pela função de ensinar através dos conteúdos e das atividades sistematizadas e também através de relações que são estabelecidas cotidianamente.

Por fim, este estudo visa trazer para o centro da discussão, mais do que tentar esgotar, questões que ajudam os gestores a mudar a configuração vertical da gestão escolar e afetam a participação das crianças na gestão democrática. Conhecer a diversidade de grupos e a formação voltada ao respeito e valorização dos direitos humanos de alunos, professores, educadores e alunos que, além de incentivar a pesquisa, continuam a revisitar o trabalho e a documentação. Regulamentos que regem as organizações escolares.

REFERÊNCIAS

LIBÂNEO, J. C. Democratização da Escola Pública: **A Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos**. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. **Gestão Democrática da Educação: Desafios Contemporâneos**. 7ª edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes

PERONI, Vera Maria Vidal. CAETANO, Maria Raquel. LIMA, Paula de. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 415-432, jul./dez. 2017.

SANTOS, C. R. **A Gestão Educacional e Escolar para a Modernidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SILVEIRA, T. A. T. M.; ARAÚJO, C. S. Gestão democrática na Educação Infantil: uma análise da RBPAE no período de 2000 a 2012. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 31, n. 3, p. 697–717. 2016.

TEIXEIRA, L. H. J. **Cultura organizacional e projeto de mudança em escolas públicas**. Campinas: Autores Associados/ANPAE, 2002.